

O ENSINO RELIGIOSO EM SALA DE AULA

AUTOR: Fábio dos Santos Vieira, graduando do IV Bloco - Curso de Pedagogia –
UESPI/Florianópolis.

Orientador: Prof. MSc. Robinon Raimundo Silva Pereira.

RESUMO

O homem surgiu para aprender, para descobrir, para buscar conhecimentos desde os mais simples e prováveis cientificamente, até os mais complexos que ultrapassam os limites de nossa tímida compreensão. A realização desse trabalho se justifica pela necessidade de tornar público as lacunas deixadas pela implantação da disciplina (Ensino Religioso) no currículo escolar, da rede pública de ensino, visto que o Ensino Religioso faz parte do cotidiano escolar, pois estar presente na história social do homem desde o seu início e através dessa disciplina, os alunos comunicam-se entre si, aceitam as diferenças, estabelecem relações sociais, constroem e desconstróem novos conhecimentos, enfim desenvolve-se integralmente. Para tanto, a pesquisa é de abordagem qualitativa e do tipo bibliográfica, na qual como coleta de dados foram utilizadas entrevistas a professores e religiosos de diversas correntes. . Sendo assim, o trabalho objetiva mostrar uma nova visão acerca da diversidade, valorizando-a, enfatizando não apenas o lado religioso, mas também todo e qualquer tipo de diferença, porque, é também e, sobretudo, na escola que se deve trabalhar com as diferenças, com as multiplicidades, sem nenhum tipo de tolerância, mas sim, respeitando cada um em sua particularidade, mesmo ainda, com uma grande resistência por parte dos professores em relação a diversidade, por causa de uma visão ainda muito “eurocentrada”, baseada em moldes que não se enquadram nos dias atuais.

Palavras-chave: Educação. Ensino Religioso. Escola Laica. Diversidade.

ABSTRACT

RELIGIOUS EDUCATION IN THE CLASSROOM

The man came to learn, to discover, to seek knowledge from the most simple and probable scientifically, even the most complex beyond the limits of our tentative understanding. Religious Education is part of everyday school life, as being present in the social history of man since the beginning. The completion of this work is justified by the need to publicize the shortcomings of the implementation of the discipline (Religious Education) in the school curriculum of public schools, for through religious education, students communicate with each other, accept differences, socialize, build and discover new knowledge, finally develops fully. To this end, research is a qualitative approach and the type literature, in which data collection and interviews were used to teachers and religious leaders of various movements. . Thus, the paper discusses a new vision about the diversity, valuing it, emphasizing not only the religious

side, but also any kind of difference, because it is also and above all, the school should work with the differences, with multiplicities, without any kind of tolerance, but, respecting each one in its particularity, since there is still resistance from teachers about diversity, because of an even very "eurocentrizada" based into molds that do not fit today.

Keywords: Education. Religious Education. Secular School. Diversity.

1. Introdução

O ser humano em todas as fases de sua vida está sempre descobrindo e aprendendo coisas novas pelo contato com seus semelhantes e estabelecendo relações com um “Deus” ou uma doutrina religiosa, com efeito, o campo religioso exerce um domínio sobre meio no qual o ser humano está inserido.

O homem surgiu para aprender, para descobrir, para buscar conhecimentos desde os mais simples e prováveis cientificamente até os mais complexos que ultrapassam os limites entre o céu e a terra, a isso se dá o nome de educação, essa interação, apropriação do saber, que não existe isoladamente, mas que é uma ação conjunta e cooperativa entre as pessoas.

A realização desse trabalho se justifica pela necessidade de problematizar e questionar a relevância e as lacunas deixadas a partir da implantação dessa disciplina no currículo escolar de escolas públicas de ensino fundamental. Enfatizando os conteúdos aplicados e certa ambiguidade ressaltada devido à permanência ou não dos alunos nas escolas durante as aulas de Ensino Religioso. Partindo desse desejo de conhecer a metodologia utilizada por esses docentes e a forma como esses alunos recebem os conteúdos e ensinamentos dessa disciplina, em sua maioria dogmas impostos por uma educação de cunho tradicionalista e etnocêntrica herdadas de uma colonização eurocentrizada na qual visava apenas o lucro e extração de todas as riquezas naturais e, sobretudo culturais, foi surgindo o ponto inicial desse trabalho; conhecer a metodologia utilizada pelos professores de Ensino Religioso em sala de aula e, sobretudo, a forma com que os alunos estão acolhendo esses assuntos.

2. O Ensino Religioso na escola

A adoção do Ensino Religioso aconteceu após a abolição da disciplina Educação Moral e Cívica, com o fim do regime ditatorial sob o governo de Getúlio Vargas, essa disciplina (EMC) fora encarada como uma imposição do regime militar, mas, na verdade o propósito da mesma era suscitar esclarecimentos a respeito dos direitos, despertar o pensamento crítico do indivíduo o qual ocasionou grandes revoltas contra o próprio governo que a criara. Considerando que

Desde 1988, a constituição federal estabelece em seu artigo 210, parágrafo 1º “o ensino religioso de matrícula facultativa, constituirá disciplina dos horários normais das escolas públicas de ensino fundamental”. (GOMES, 1998).

Esse ponto é ressaltado pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96) em seu artigo 33 que “... veda qualquer forma de proselitismo”

3. Ensino Religioso não é catequese

Diante disso, transparece uma ambiguidade, de modo que, há uma obrigatoriedade deixando espaço para uma facultatividade, visto que, nos séculos passados quem detinha todo o poder era a Igreja Católica, por conseguinte, nas aulas de Ensino Religioso era pregada apenas a doutrina católica, ou seja, os ensinamentos católicos (catequismo), sendo assim, os alunos que pertenciam à religião católica tinham aulas com professores católicos.

Com a perda do poder, e enfraquecimento da igreja católica, a escola, com efeito, teve maior liberdade, visto que não era mais permitido fazer proselitismo em sala de aula, era o início de uma escola laica, sendo no entanto, os alunos que pertenciam às doutrinas protestantes passaram a ter aulas com professores protestantes, havendo assim uma dualidade dentro da escola, no entanto, continuava da mesma forma, porém mascarada, pois os que não se encaixavam em nenhuma dessas correntes religiosas eram dispensados das aulas, entretanto, não podiam sair da escola, isso por que as aulas eram realizadas no meio do horário escolar. Contrapondo ao que está prescrito no artigo 5º, em seu parágrafo VIII, da constituição da república federativa do Brasil promulgada em 5 (cinco) de outubro de 1988 (mil novecentos e oitenta e oito), no qual:

Ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção religiosa ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei. (constituição, Brasil, 1998).

Se desde a constituição de 1988 está previsto que, ninguém pode ser discriminado por motivo religioso, por que até os dias atuais essa discriminação ainda persiste? Por que continuar estudando apenas o ensino das religiões católicas e com poucas restrições a protestante? Será que nada mudou?

Não é pertinente a esse trabalho revelar quem é ou foi o culpado, mas sim, mostrar que ainda alunos de outras religiões que não seja a católica e a protestante vem sofrendo discriminações. Isso porque os professores se calam diante da diversidade.

Nesse sentido Gadotti, (2005: p. 60) nos explicita que:

A educação e o sistema escolar, em particular, enquanto aparelho ideológico da classe dominante é essencialmente aparelho de reprodução de classes e reprodução das relações de produção da sociedade de classes.

4. Quem deve dar aulas de Ensino Religioso?

Os primeiros professores de Ensino Religioso eram selecionados “arbitrariamente” sem nenhuma formação de nível superior, pelos líderes religiosos. O que mantinha e efetivava seu domínio sobre as pessoas.

Esses professores eram em sua maioria pessoas ligadas diretamente às correntes religiosas, o credenciamento e o treinamento dessas pessoas ficavam a critério de um representante da religião na escola, ou seja, a Igreja Católica ou Protestante mantinha na escola um representante que exercia o papel de um “coordenador” daquela disciplina e auxiliava o professor. As aulas eram baseadas em ensinamentos retirados da bíblia e experiências vividas pela religião e seus antecessores.

Visto que, a igreja e o Estado mantinham um pacto ambivalente, no qual a igreja beneficiava o Estado, com o domínio e ampla contribuição dos fiéis para os cofres públicos e, em contrapartida o Estado garantia à igreja católica o seu funcionamento e o exercício livre de qualquer atividade.

Com a separação entre igreja e governo civil, a Igreja Católica, perdeu o seu poder e como quaisquer outras igrejas passaram a ser uma instituição social como qualquer empresa na sociedade capitalista, passando a pagar impostos e a registrar a carteira dos funcionários, sendo assim, Gomes, (1998: p. 109), nos dá uma bela descrição da separação entre governo e igreja:

Embora o controle “de fato” da sociedade tenha sido perdido pelas igrejas a partir da separação entre fé e governo civil, decorrente da ascensão do racionalismo, do laicismo e dos ideais democráticos da revolução francesa, o controle “legal” ou “teórico” esteve presente, no Brasil, até o início da república quando, por força da ideologia positivista, ficou sacramentada a separação entre igreja e Estado. Constituições determinam essa separação, a partir de 1891...

Outro problema enfrentado pelos professores e posteriormente pelos alunos que não se enquadram em nenhuma das religiões já citadas é por que os assuntos ministrados nas aulas são previamente estabelecidos deixando dessa maneira os professores de “mãos atadas” reproduzindo na maioria das vezes o que o sistema determina. Sendo assim “o educador arrisca-se a impor sua teoria aprendida à sua prática social, como se o conhecimento que ele tem, através de livros fosse a realidade em si”. (Gadotti. 2005: p. 79).

Vale ressaltar também que, as religiões de matrizes africanas e/ou indígenas não são em momento algum mencionadas e quando são, tratam como uma coisa estranha, isso devido a um preconceito que se criou sobre essas religiões por que são praticadas por negros e, como o etnocentrismo perpassa até os tempos atuais, elas são tidas como “coisa ruim” ou erroneamente chamada de “macumba”, quando na verdade são manifestações religiosas tais como a católica a protestante, o espiritismo e outras de origem “branca” e merecem os mesmos destaques.

5. Novos olhares sobre o Ensino Religioso

Contudo, na sociedade capitalista desigual e competitiva o processo educativo também é desigual, pois a escola é uma instituição sob o domínio da classe mais favorecida, onde os conteúdos selecionados para serem transmitidos aos educandos são, na verdade, a maneira mais eficaz para segregar os alunos de acordo com o seu credo religioso, como nos salienta Paulo Meksenas comentando Establet-Baudelot.

Em uma entrevista concedida pela professora Maria Oliveira da Silva que é protestante e ministra aulas de ensino religioso na rede municipal de ensino, nos relata o preconceito que sofreu dos próprios colegas de trabalho alegando que a mesma não era adequada para a disciplina pelo fato da condição religiosa

Só existe uma visão religiosa na escola: a católica. Para uma mulher e protestante trabalhar o ensino religioso na sala de aula é muito difícil, pois ainda há um grande preconceito. Uma das maiores dificuldades enfrentadas é que a escola já dá um cronograma dos conteúdos, que deve ser aplicado em sala de aula, entretanto há conteúdos transversais, que independentemente de qualquer religião podem ser estudados, que são: a paz, a fraternidade, a humildade, a lealdade, o respeito, a família. (Entrevista concedida em 16/10/2011).

Embora a igreja católica seja ainda muito tradicional, alguns líderes religiosos hoje possuem uma nova visão acerca da educação e consequentemente do ensino religioso, como relata o padre Milton Torres:

Antigamente nas aulas de ensino religioso era transmitido apenas os ensinamentos católicos até por que quem dava as aulas era na maioria das vezes freiras. Hoje os professores dessa disciplina são selecionados através de concursos dependendo de sua formação... E não podem mais impor uma determinada doutrina. A escola deve ser o local para conhecer e trabalhar as religiões de modo igual, desenvolvendo o senso crítico dos alunos sobre as diferentes religiões e credos. (Entrevista concedida em 15/10/2011).

Outras correntes religiosas, defendem que, as aulas de Ensino Religioso deve conter assuntos que valorizem os conteúdos transversais, que trate também da história das religiões no Brasil e nos seus países de origem.

Com efeito, para um melhor aproveitamento do Ensino Religioso faz-se necessário uma maior interação escola/aluno/família, para que juntos possam traçar um cronograma a ser seguido pelos alunos, para que, nenhuma religião seja sobrepujada em relação à outra, vislumbrando uma escola sem interferência do campo religioso. Contudo, para os novos educadores, sejam eles de ensino religioso ou de qualquer outra área:

Não basta sermos competentes para que sejamos educadores. É o grau de consciência política que define se somos ou não educadores. Portanto, a formação do novo educador se dará a partir de uma sólida formação política e social. (GADOTTI, 2005: p. 79)

6. Considerações finais

Sabendo que a escola ainda pouco tem feito para acolher as diferenças dos seus alunos, percebe-se ainda que estamos caminhando a passos curtos em relação a educação. Visto que, somos um país plural, com peculiaridades específicas, não podemos reduzir nossa educação a um destinatário, sem considerar as diferenças encontradas em cada região, etnia, religião ou qualquer outro conceito.

Precisamos considerar a(s) pluralidade(s). E assim como CURY entende-se pluralidade como sendo:

Reconhecimento do diverso e o de conflito entre os diferentes. O pluralismo se opõe à monocultura ou à redução do múltiplo ao único, reconhecendo que nem todas as concepções são iguais entre si. Todas elas podem ser livremente concebidas, pensadas e expressas. (CURY. 2000: p. 30).

E é dever da escola trabalhar com as diferenças, com a diversidade desde a Educação Infantil, pois, é nessa etapa que se desenvolve o caráter da criança. Sabe-se que não é fácil trabalhar com a diversidade, e que muitos professores(as) se recusam a aceitá-la, mas depende da formação de cada um(a) para transformar a escola em um espaço de acolhimento e respeito às nossas diferenças.

Sendo assim, as escolas devem aceitar a(s) multiplicidade(s), considerando as diferenças, pois nenhuma pessoa seja ela criança, adulto(a), idoso(a), gordo(a), negro(a), baixo(a), nordestino(a) “que possui alguma marca da diferença pede tolerância, não há nada a tolerar. Há que tornar a diferença, uma positividade, uma afirmação” (GOMES e SILVA. 2011: p. 37).

Os professores e a sociedade em geral devem entender que, ninguém pede tolerância, todos as pessoas independentes de serem normais ou não, querem acima de

tudo respeito, “queremos” nos reconhecer com nossas diferenças e peculiaridades, afinal ser diferente também é normal.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, Constituição (1998). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1998, com alterações adotadas pelas emendas constitucionais nº 1/92 a 67/2010 e pelas emendas constitucionais de revisão nº 1 a 6/94. – Brasília: senado,subsecretaria de edições técnicas, 2011.

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **LDB: Lei de Diretrizes da Educação**: (Lei 9.394/96). Antonio de Paulo [Ed.]. – 10 ed. – Petrópolis, RJ: DP ET Alii, 2009.

CURY, Carlos Roberto Jamil. **Legislação Educacional Brasileira**. Rio de Janeiro: DPJA, 2000.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação**: um estudo introdutório. São Paulo. Cortez Editora, 2006.

GADOTTI, Moacir. **Educação e poder**: introdução à pedagogia do conflito. 14ª edição. Cortez editora, 2005.

GOMES, Antonio Luis. **Divisões da fé: As diferenças religiosas na escola**. IN: Diferenças e preconceitos na escola: Alternativas teóricas e práticas / Coordenação de Júlio Groppa Aquino. São Paulo: Summus, 1998.

GOMES, Nilma Lino & SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves. **Experiências étnico-culturais para a formação de professores**. Belo Horizonte, Autêntica Editora 2011

MEKSENAS, Paulo. **Sociologia da educação**: Uma introdução ao estudo da escola no processo de transformação social. Edições Loyola.

